

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**  
**ASSESSORIA JURÍDICA-ASSJUR/SEDS**

---

**PARECER JURÍDICO Nº 01/2025**

**Assunto: VIABILIDADE LEGAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 – SESDS/PMA**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social – SESDS

**Processo:** 0001/2025

**PARECER JURÍDICO**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se da análise jurídica do Contrato Administrativo nº 005/2025 – SESDS/PMA, firmado entre: Município de Ananindeua, por meio da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social – SESDS; e Clube de Tiro Sangue Bom, pessoa jurídica de direito privado, com o objetivo de locação de estande de tiro licenciado, com fornecimento de infraestrutura e materiais instrucionais necessários às aulas práticas do Curso de Qualificação para Concessão do Porte de Arma de Fogo da Guarda Civil Municipal.

A contratação decorre da Dispensa de Licitação nº 002/2025, com fundamento no art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

**1. Competência e finalidade pública**

O objeto contratual guarda pertinência temática direta com as atribuições da SESDS e da Guarda Civil Municipal, tendo como finalidade capacitar servidores no uso e manuseio seguro de arma de fogo — atividade inerente à segurança pública municipal. O princípio da finalidade pública (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) está devidamente observado.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**  
**ASSESSORIA JURÍDICA-ASSJUR/SEDS**

---

## **2. Fundamentação legal da contratação**

A contratação foi formalizada mediante dispensa de licitação, conforme:

- Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021  
→ Permite a dispensa para contratação de baixo valor, conforme limite previsto.
- Extrato indica procedimento devidamente registrado no Processo nº 11.565/2025 – SESDS/PMA.

### **A instrução processual demonstra:**

- Termo de Referência;
- Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- Proposta comercial;
- Pesquisa de preços;
- Pareceres técnico e jurídico;
- Nota de empenho.

Portanto, observa-se o princípio da motivação e a conformidade com o rito formal da nova Lei de Licitações.

## **3. Conformidade do Objeto**

O objeto contratual é lícito, possível, determinado e compatível com o interesse público, consistindo em:

- Locação de estande de tiro licenciado;
- Infraestrutura adequada;
- Materiais instrucionais individuais;
- Apoio operacional.

O contrato descreve de forma clara os serviços, atende ao art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e preserva cláusulas essenciais previstas no art. 89.

## **4. Preço e previsão orçamentária**

- O valor global de **R\$ 35.820,00** está acompanhado de pesquisa de mercado, atendendo ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- Há indicação expressa das dotações orçamentárias, conforme exige o art. 7º, § 4º.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**  
**ASSESSORIA JURÍDICA-ASSJUR/SEDS**

---

- O contrato fixa a natureza da despesa, subelementos e fontes de recurso, demonstrando conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **5. Regime de execução e condições contratuais**

O documento contempla todas as cláusulas obrigatórias exigidas pelos **ARTS. 89 a 92 da Lei de Licitações**:

- Objeto
- Fundamentação legal
- Obrigações das partes
- Valor e condições de pagamento
- Sanções
- Fiscalização
- Vigência
- Rescisão
- Foro
- Publicidade

O regime escolhido — empreitada por preço global (art. 46) — é adequado ao tipo de prestação de serviços.

## **6. Riscos jurídicos e mitigação**

Os riscos são mínimos, pois:

- O estande de tiro deve ser licenciado, conforme exigido;
- Há previsão de fiscalização pelo gestor designado (art. 117);
- O contrato estabelece responsabilidade da contratada pela segurança e integridade física dos participantes;
- A Administração não arca com munições, instrutores ou materiais bélicos, mitigando responsabilizações.

Nenhuma cláusula apresenta ilegalidade ou incompatibilidade com normas federais, estaduais ou municipais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**  
**ASSESSORIA JURÍDICA-ASSJUR/SEDS**

---

### **III – CONCLUSÃO**

Após análise minuciosa do Contrato Administrativo nº 005/2025 – SESDS/PMA  
CONTRATO ESTANDE DE TIRO AJUSTA...

, conclui-se que:

- O instrumento contratual está juridicamente regular, atende às exigências formais e materiais da Lei nº 14.133/2021, possui amparo legal para a forma de contratação (dispensa de licitação), é compatível com a finalidade pública e com as competências da SESDS, possui adequada previsão orçamentária, e apresenta cláusulas essenciais plenamente válidas.
- Assim, opino pela VIABILIDADE JURÍDICA E REGULARIDADE da contratação, não havendo óbices legais à continuidade da execução do contrato

É o Parecer, Salvo Melhor Juízo.